

Quanto mais as coisas mudam... Os 75 anos do Partido Comunista Português**

O Partido Comunista Português (PCP), o mais antigo partido político português com existência ininterrupta, celebrará o seu 75.º aniversário no dia 6 de Março de 1996 como um dos mais fortes partidos comunistas da Europa ocidental. Nas eleições legislativas de Outubro 1995 recebeu uns apreciáveis 8,6% da votação. Estes resultados são bastante bons, na medida em que o PCP mantém a sua linha ortodoxa, quando outros partidos comunistas estão a evoluir, em parte, devido às mudanças verificadas nas nações do bloco ex-soviético.

No final dos anos 80 o PCP, que sempre se orgulhara da sua coesão interna, deparou-se com o mesmo tipo de divisões com que muitos outros partidos comunistas — como o Partido Comunista Espanhol, o Partido Comunista Italiano e o Partido Comunista Francês — se tinham confrontado em décadas anteriores. As ocasionais disputas provocadas por dissidências internas vieram finalmente a público, com ampla cobertura na comunicação social, à medida em que os revisionistas tentavam convencer os dirigentes ortodoxos que dominavam o partido a adaptarem-se às mudanças rápidas que estavam a transformar a nação¹. A tese central deste trabalho é a de que, embora o PCP transmitisse, de várias maneiras, uma aparência de mudança e procurasse rejuvenescer a sua imagem, permitindo, por exemplo, que dirigentes mais jovens desempenhassem papéis importantes no partido, ao fim e ao cabo, as tentativas de alteração drástica falharam. No geral, as táticas e a linguagem do PCP continuam tão ortodoxas como no passado.

* Dowling College.

** Traduzido da língua inglesa por João Palma.

¹ Para mais informações, v. o meu artigo «The Portuguese Communist Party and 'perestroika': resistance and reforms», in *Current Politics and Economics of Europe*, 1991, vol. 1, n.º 2.

Para sustentar este argumento, ir-se-á analisar resumidamente a política do partido nas seguintes áreas:

1. Integração europeia;
2. Assuntos sociais;
3. Assuntos sindicais;
4. Divisões internas;
5. Competição política;
6. Poder local;
7. Organização interna e finanças partidárias;
8. Actividades parlamentares;
9. Actividades culturais;
10. Eleições legislativas de 1995.

Optou-se por esta amplitude de assuntos para apoiar a tese, em vez de análises mais pormenorizadas de apenas alguns casos, para demonstrar que o partido não conseguiu efectuar mudanças drásticas na maior parte das áreas de actividade. Para manter este estudo dentro de uma dimensão razoável, o foco vai incidir principalmente em 1993 e 1994, incluindo algumas análises das eleições legislativas de 1995. Embora cada ano tenha acontecimentos interessantes e a sua dinâmica própria susceptível de ser analisada, para os nossos objectivos aqueles dois anos são representativos da orientação geral do partido nos anos 90. Acresce que, como este artigo é dirigido a um leitor português bem informado, os pormenores intrincados de acontecimentos serão sacrificados a uma visão macropolítica que situe as ocorrências na perspectiva da tese geral — a ausência de mudança e a continuação da ortodoxia do PCP.

1. INTEGRAÇÃO EUROPEIA

Apesar das convicções dos comunistas renovadores de que um dos sinais da reforma do PCP era a sua atitude em relação à União Europeia (UE), através de acções como a inclusão de «europeístas» (pessoas que não são contra a União Europeia) nas listas para as eleições parlamentares europeias de 1989, o partido mostrou que eles estavam errados. O PCP continua a opor-se a um maior aprofundamento da relação de Portugal com a UE. Resistiu ao alargamento planeado da Comunidade Europeia, que visava incluir a Áustria, a Suécia, a Noruega e a Finlândia, se estas nações solicitassem a adesão. Os comunistas alegam que o Tratado de Maastricht tem tido ramificações sociais negativas, como o desemprego, a austeridade e a concentração de capitais. Os custos de se ser membro da União Europeia são

entendidos como sendo ainda mais altos quando se considera que os fundos enviados pela UE não foram investidos nem distribuídos de modo criterioso ou equitativo por todo o Portugal. Estes argumentos são uma simples continuação do antagonismo histórico do PCP face à integração europeia. Embora alguns reformadores refiram a mudança de posição do partido em relação à União, no fim dos anos 80, como exemplo de reforma partidária, é agora evidente que a retórica do partido não sofreu alterações².

No final de Dezembro de 1993, o PCP começou a mobilizar-se para as eleições para o Parlamento Europeu, que se efectuariam em 12 de Junho de 1994. A sua posição continuava a ser anti-Maastricht, tal como no passado. Ainda que o PCP alegasse que o Partido Social-Democrata (PSD) estava a utilizar o seu controle sobre a televisão para obter uma vantagem desleal durante a campanha³, mesmo assim, sustentou que o Partido Socialista (PS) e o PSD tinham perdido. O PCP considerou ter obtido resultados positivos, com os 11,2% apurados e a eleição de três deputados, encabeçados por Luís de Sá. Isto apesar da larga taxa de abstenção em Lisboa e Setúbal, que são baluartes do partido⁴. O PCP também argumentou que a elevada abstenção verificada nas eleições mostrou que os Portugueses se opõem ao domínio do grande capital e à crescente integração na Comunidade⁵. Todavia, o partido sofreu uma quebra em relação aos quatro deputados e aos 14,4% obtidos nas eleições de 1989. O PCP pertence ao Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia, que inclui o Partido Comunista Francês, o PCR de Itália, a Esquerda Unida e o Partido Comunista Grego. O modo como o partido lidou com as eleições de 1994 e com os seus resultados não apresenta um desvio significativo em relação à prática anterior.

2. ASSUNTOS SOCIAIS

Os comunistas continuam a salientar a sua preocupação com os assuntos sociais, pelo menos retoricamente, tal como no passado. Durante esses dois anos centraram-se especialmente na justiça social, no desemprego, na pobreza, na crise da habitação, na restrição do acesso à educação e no declínio da

² Para análises mais pormenorizadas das posições do PCP face à integração europeia, v. o meu trabalho «L'opposition du Parti communiste portugais à l'adhésion à la CEE», in Pascal Delwit e Jean-Michel de Waele (ed.), *La gauche face aux mutations en Europe*, Bruxelas, Université de Bruxelles Presse, 1993.

³ Para exemplos de cobertura da campanha desta eleição, v. *Expresso* de 14/5/94, e *Diário de Notícias* de 29/5/94.

⁴ *Diário de Notícias* de 16/6/94.

⁵ *Ibid.* de 26/6/94.

democracia. Um exemplo característico é o enorme debate que surgiu à volta do aumento das portagens na Ponte 25 de Abril em 1994. O governo acusou o PCP de ter organizado os protestos e os bloqueios da ponte, o que o partido negou. Devido ao trânsito intenso que se verificaria na ponte devido à festa do *Avante!*, no Seixal, o PCP decidiu alugar barcos à Transtejo para evitar enfrentar o problema da ponte e ainda boicotar os aumentos de portagens, incluindo os da CREL, de Sacavém e das auto-estradas do Norte de Portugal. No que se refere ao PCP, o que vemos aqui é um partido hábil, que continua a maximizar as suas vantagens, tirando partido dos erros do governo ou de problemas que podem pôr a nu as fraquezas deste último ou os pontos fortes do primeiro⁶.

3. ASSUNTOS SINDICAIS

A nível sindical, voltaram a surgir brechas entre o PCP e a Intersindical, porque o partido continuou a imiscuir-se na política interna da confederação, ao mesmo tempo que negava essas intromissões⁷. Depois do VII Congresso da CGTP, em Março de 1993, os seus líderes sindicais reuniram-se com diversas organizações para as informarem dos resultados do evento. A resposta do PCP foi insincera, na medida em que concordou que o movimento sindical tinha de ser autónomo, ao mesmo tempo que continuava a intrrometer-se nos assuntos internos da central sindical⁸.

Na frente laboral, o PCP apoiou as greves da CGTP de Janeiro de 1994⁹. Foi organizada uma conferência laboral no final de Novembro para fortalecer os laços entre o PCP e os trabalhadores¹⁰. Um dos tópicos do debate na conferência foi se a célula de trabalhadores deveria ou não manter-se como a estrutura fundamental do partido¹¹. Uma vez mais, ao nível da retórica e da imagem, o partido continuava a fazer experiências, mas na realidade as coisas continuavam a passar-se da forma do costume.

4. DIVISÕES INTERNAS

Continuam as divisões no seio do partido. Os renovadores, em especial os intelectuais, ou preconizavam reformas ou abandonaram o partido frustrados.

⁶ Para a cobertura deste tema, v. os artigos do *Público* de 26/6/94, 27/6/94, 5/10/94, 7/10/94, 2/9/94, 15/9/94 e 20/9/94, bem como o *Semanário* de 24/9/94, *O Independente* de 19/8/94 e o *Expresso* de 27/8/94.

⁷ *Diário de Notícias* de 1/3/93, *Expresso* de 27/2/93 e 6/3/93 e *Público* de 2/3/93 e 6/3/93.

⁸ *Público* de 6/4/93, 14/3/94 e 5/5/94, *Diário de Notícias* de 14/4/94, *Tal & Qual* de 27/5/94 e *Expresso* de 4/6/94, 2/7/94 e 22/10/94.

⁹ *Diário de Notícias* de 13/1/94 e 16/3/94 e *Expresso* de 8/1/94.

¹⁰ *Público* de 12/11/94.

¹¹ *O Independente* de 25/11/94 e *Público* de 27/11/94.

José Luís Judas, por exemplo, deixou a CGTP — Intersindical, afirmando que a sua saída fez parte de um plano do PCP para o afastar¹². Rosa Maria Marques, outra dirigente sindical, também abandonou o PCP¹³. Sousa Marques, o último dos «seis» a manter-se no partido, fez o mesmo¹⁴. Ex-figuras da ala crítica do PCP, como Barros Moura, José Luís Judas, Pina Moura, Raimundo Narciso e Mário Lino, são agora membros dirigentes da Plataforma de Esquerda (PE), uma associação política da «nova esquerda» que tem desempenhado um papel activo na política interna portuguesa, incluindo a participação em eleições autárquicas, com os seus elementos muitas vezes a integrarem as listas eleitorais do PS, na qualidade de independentes. Tem havido desde o início uma tensão considerável entre o PCP e a PE. A polémica explodiu quando o Partido Comunista não quis deixar que membros da PE subissem ao palco de uma celebração do aniversário da revolução do 25 de Abril que contava com a participação de várias entidades e organizações¹⁵.

5. COMPETIÇÃO POLÍTICA

A Plataforma de Esquerda critica o PCP por este fazer tudo o que está ao seu alcance para impedir o funcionamento regular da associação, incluindo táticas fiscais (em Cascais) e alianças com o PSD em algumas autarquias (especialmente na Marinha Grande, onde os comunistas tentaram impedir Osvaldo Castro de assumir a presidência da Câmara Municipal)¹⁶. Por último, o PSD rompeu essas alianças porque os seus dirigentes concluíram que essa política estava em contradição com as suas críticas à aliança PS/PCP em Lisboa¹⁷.

O PS fez críticas de tipo semelhante ao PCP, com os comunistas a replicarem que as suas táticas não diferem das do PS. O PCP alega que nem é sectário nem faccioso e que tem sempre procurado fazer aquilo que é melhor para o povo¹⁸. Entretanto, continua a censurar o seu principal competidor, o PS, tal como no passado.

6. PODER LOCAL

A nível autárquico, o PCP continuou a criticar o PS. Os comunistas argumentaram que, em conjunto, os dois partidos teriam mandatos suficien-

¹² *Expresso* de 30/1/93 e *Diário de Notícias* de 1/3/93.

¹³ *Público* de 2/3/93.

¹⁴ *Ibid.* de 8/4/93.

¹⁵ *Ibid.* de 17/4/93. Este artigo inclui uma extensa lista de membros da PE.

¹⁶ *Ibid.* de 9/1/94.

¹⁷ *Diário de Notícias* de 23/1/94 e *Público* de 28/1/94.

¹⁸ *Diário de Notícias* de 13/1/94.

tes em muitos locais para desalojarem a direita. Enquanto o PS apoiasse os conservadores ou se recusasse a trabalhar com os comunistas, seria culpado do domínio da direita. Em 1993, por exemplo, e de acordo com o PCP, se os dois partidos se coligassem nas eleições autárquicas, poderiam ter obtido o controle sobre mais 18 autarquias¹⁹.

O único local onde PS e PCP concordaram de novo em fazer uma aliança eleitoral foi em Lisboa. Essa campanha foi dificultada pelo facto de o Movimento Democrático Português (MDP) ter decidido abandonar a coligação. O MDP zangou-se porque os seus dirigentes não foram consultados quando o PCP e o PS colocaram candidatos seus na décima e décima primeira posições da lista da coligação, lugares esses previamente atribuídos, respectivamente, ao MDP e ao Partido «Os Verdes». Logo que se tornou claro que o MDP não iria continuar na aliança, eventualmente obrigando à mudança de nome e símbolo da campanha de «Por Lisboa» para «Com Lisboa», os dois principais partidos da coligação mantiveram conversações públicas para alargarem o número de membros. Por fim, «Com Lisboa» acabou por incluir dois novos parceiros, a UDP e o PSR, embora estes últimos só tivessem hipóteses de alcançar lugares na assembleia municipal, e não no executivo camarário²⁰.

Depois de os socialistas terem assinado um acordo com a Plataforma de Esquerda de modo que alguns elementos dessa associação concorressem nas listas do PS como independentes, o PCP fez uma prelecção ao PS, dizendo-lhe que o facto de utilizar a PE como muleta não iria fazer com que os socialistas se posicionassem mais à esquerda. O PCP alegou que o acordo provava que a PE não iria revigorar e reanimar a política, como reivindicava, mas, em vez disso, iria continuar as mesmas tácticas políticas partidárias de outros agentes políticos. Judas encabeçou a lista do PS para Cascais e foi criticado pelo PCP por ser um intruso²¹.

No Porto, o PCP escolheu Ilda Figueiredo, uma dirigente ortodoxa, para encabeçar a lista da Coligação Democrática Unitária (CDU), em vez de Oliveira Dias, aquele a quem caberia essa posição. Aparentemente, Dias foi posto fora da lista porque frequentemente alinhava com a oposição nessa cidade. Ele passou a discordar cada vez mais do seu partido depois da queda do sistema na Europa de Leste, mas o PCP ignorou a divergência até ele começar a apoiar o PS na assembleia municipal em certos assuntos, como foi o caso do orçamento municipal, a que a CDU se opunha. Dias decidiu abandonar o PCP, o que levou o partido a pedir a sua imediata renúncia ao mandato na assembleia. Ele recusou-se a isso até 30 de Junho de 1994²².

¹⁹ *Ibid.* de 1/6/93.

²⁰ *Público* de 21/2/93, 16/4/93 e 7/3/93.

²¹ *Ibid.* de 1/4/93.

²² *Ibid.* de 3/3/93, 24/3/93 e 26/3/93.

O PCP sustentou que os resultados das eleições autárquicas mostravam uma derrota do PSD, ao passo que a CDU tinha mantido a sua posição, quando comparada com o PS²³. Depois das eleições desenrolou-se um conflito entre PCP e PS em relação a qual dos dois deveria caber a presidência da Junta Metropolitana de Lisboa. O PCP alegou que, tendo conseguido a maioria das presidências das câmaras da Área Metropolitana de Lisboa (AML), ganhando 11 em 18, deveria ser um comunista a presidir. O PS contestou, argumentando que a liderança deveria caber-lhe porque as suas vitórias eram as mais importantes e por ter recebido o maior número de votos²⁴. Este debate prolongou-se por 1994, com o PS a pretender presidir à Junta Metropolitana de Lisboa, embora só tivesse ganho 4 presidências de câmara na AML²⁵.

Para os nossos objectivos, estas questões de política autárquica demonstram que as táticas partidárias não mudaram em relação às práticas do passado.

7. ORGANIZAÇÃO INTERNA E FINANÇAS PARTIDÁRIAS

O PCP permanece na sua posição ortodoxa nos anos 90, mas com uma imagem rejuvenescida. Embora não tivessem abandonado completamente o poder, os dirigentes tradicionais, como Álvaro Cunhal, Octávio Pato e Carlos Costa, deram lugar a jovens tecnocratas ortodoxos, como Carlos Carvalhas e Luís de Sá, que os substituíram em vários níveis. Carvalhas foi eleito, no XIII Congresso (extraordinário) de 1990, para o lugar recém-criado de secretário-adjunto, considerado uma transição para o cargo de secretário-geral, que desde 1961 ainda era ocupado por Álvaro Cunhal. No XIV Congresso, em Dezembro de 1992, Carvalhas foi eleito secretário-geral, em substituição de Cunhal, mas este continuou a exercer influência sobre o partido, como líder do novo órgão executivo designado por Conselho Nacional. Cunhal ainda é muito poderoso, embora actualmente participe menos em certas actividades partidárias, como na política autárquica²⁶.

Em comparação com a retórica revolucionária de Cunhal, Carvalhas prefere um estilo mais discreto de apresentar propostas e debater ideias, em vez de confrontar a oposição. Os seus discursos durante as campanhas são mais técnicos do que políticos. Ele suscita mais curiosidade do que paixão — nem hostilidade, nem grande entusiasmo.

²³ *Ibid.* de 15/12/93.

²⁴ *Diário de Notícias* de 17/12/93.

²⁵ *Público* de 30/1/94 e 8/2/94 e *Expresso* de 5/2/94.

²⁶ *Ibid.* de 3/1/92.

O partido persiste em negar ter recebido ajuda soviética e da Alemanha do Leste no passado, mas há documentos que revelam as ligações às fontes externas. Entretanto, o PCP continua a sentir o aperto económico que o forçou a fechar o seu jornal, *O Diário*, em 1991 e procura compradores para alguns bens imóveis seleccionados. Algumas empresas associadas ao partido têm tido dificuldades em pagar aos seus trabalhadores²⁷.

O PCP continua a tentar fazer passar uma imagem de rejuvenescimento com a abertura de centros de trabalho semelhantes ao inaugurado em Setúbal. Estes centros são outro sinal de que o partido enfrenta dificuldades financeiras. Os centros estão agora mais receptivos a alugar espaço a locatários comerciais do que no passado, na medida em que necessitam de fundos para suportar as despesas com os edifícios²⁸.

8. ACTIVIDADES PARLAMENTARES

No parlamento o PCP prossegue as suas tácticas costumeiras. Sempre tentou congregar apoios através da defesa das necessidades dos que têm mais dificuldades em fazerem-se ouvir. Apresentou um projecto de lei, em 1993, para baixar a idade de atribuição de subsídio de juventude de 18 para 16 anos, bem como para garantir o direito de associação a menores. Esta proposta enquadrava-se na estratégia de atrair a juventude para o PCP²⁹. Além disso, apoiou as mensagens de Natal do Presidente da República e da Igreja católica acerca das pessoas desfavorecidas, o que permitiu ao partido mostrar uma ligação ao Presidente, bem como ao catolicismo³⁰. O PCP também manifestou a sua preocupação com os aumentos irrisórios para os pensionistas³¹ e para os pobres³², que ficaram abaixo dos aumentos do custo de vida, e criticou o aumento de apenas 120 escudos do abono de família³³.

Em geral, o partido tenta confrontar temas que aumentem ao máximo a sua exposição a uma fatia de público tão ampla quanto possível, mas com ênfase nos segmentos baixo a médio das classes trabalhadoras. Pediu uma revisão da lei do arrendamento³⁴, propôs que os professores não pertencentes aos quadros recebessem contratos³⁵, investigou os abusos da indústria de abate e matadou-

²⁷ *Expresso* de 9/1/93, 5/2/93, 1/10/94, 9/10/94 e 22/10/94, *O Diabo* de 1/3/94, 8/3/94, 15/3/94, 22/3/94 e 25/10/94, *Público* de 28/9/94, *Tal & Qual* de 7/10/94, 25/11/94 e 1/12/94, *Visão* de 6/10/94, *O Semanário* de 8/10/94 e *Diário de Notícias* de 9/10/94 e 14/10/94.

²⁸ *Público* de 24/1/93.

²⁹ *Correio da Manhã* de 4/2/93.

³⁰ *Público* de 4/1/94.

³¹ *Diário de Notícias* de 19/1/94 e 12/10/94 e *Público* de 8/8/94 e 23/11/94.

³² *Diário de Notícias* de 24/3/94.

³³ *Correio da Manhã* de 26/5/94.

³⁴ [18/8/93, p. 5] [21/8/93].

³⁵ *Diário de Notícias* de 20/10/94.

ros³⁶, apresentou um plano para combater o desemprego³⁷ e propôs dois projectos de lei sobre toxicoddependência e tráfico de drogas³⁸. Também requereu um inquérito parlamentar para investigar as irregularidades na agricultura³⁹ e manteve a sua preocupação com a protecção de interesses no Alentejo⁴⁰.

O PCP persiste nas suas críticas à política económica do governo em assuntos como o desenvolvimento e a degradação económica e as privatizações (em especial no sector da saúde)⁴¹. Continua a apontar como problemas o clientelismo e a submissão ao «grande capital», com este último a infiltrar a agricultura nacional e indústrias afins, enquanto os pequenos produtores são levados à falência⁴².

Em Junho de 1993 Carlos Carvalhas voltou outra vez à polémica costumeira, pedindo a queda do governo do PSD⁴³. À semelhança de tentativas anteriores, o PCP tentou convencer o PS a derrubar o governo, mas os socialistas não estavam interessados⁴⁴. O PCP apoiou efectivamente uma moção de censura do Partido Popular (PP/CDS) em 1994⁴⁵.

Em 1994, uma das questões mais importantes para o PCP foi a planeada revisão constitucional extraordinária, efectuada antes de decorrido o período habitual de cinco anos de intervalo. A revisão anterior tinha sido feita em 1992 para que o país pudesse aderir ao Tratado de Maastricht, o que levou os comunistas a sustentarem que a próxima revisão não deveria ser marcada para antes de 1997. O partido tem-se oposto a todas as revisões constitucionais, porque cada uma delas tem enfraquecido as conquistas revolucionárias. Dessa vez, a argumentação do PCP era a de que só deveria efectuar-se qualquer revisão depois das eleições legislativas de 1995, de modo que os assuntos pudessem ser debatidos durante a campanha. À última hora o PCP apresentou uma proposta de revisão constitucional, porque era inevitável uma revisão⁴⁶.

9. ACTIVIDADES CULTURAIS

A sétima Festa do *Avante!*, em 1993, foi semelhante às anteriores, excepto pelo facto de ter sido Carvalhas, e não Cunhal, a inaugurar o festival⁴⁷.

³⁶ *Ibid.* de 20/4/94.

³⁷ *Ibid.* de 3/7/94.

³⁸ *Ibid.* de 6/12/94.

³⁹ *Ibid.* de 17/12/94.

⁴⁰ *Público* de 20/4/94 e 24/7/94 e *Expresso* de 18/6/94.

⁴¹ *Público* de 12/1/94.

⁴² *Ibid.* de 7/2/93.

⁴³ [dn 26/6/93]

⁴⁴ *Público* de 14/3/94 e 12/12/94, *Diário de Notícias* de 18/3/94 e 15/5/94 e *Expresso* de 10/12/94.

⁴⁵ *Público* de 15/10/94 e 19/10/94 e *Diário de Notícias* de 18/10/94, 17/12/94 e 18/12/94.

⁴⁶ *Público* de 4/5/94, 22/6/94, 4/7/94 e 20/9/94 e *Diário de Notícias* de 5/7/94, 12/8/94 e 5/9/94.

⁴⁷ *Público* de 3/9/93.

A redução do apoio humano em resultado do declínio do número de membros do partido fez a diferença em muitos pormenores⁴⁸. Continuou-se a misturar política com cultura, na medida em que se iniciou a campanha para as eleições autárquicas de Dezembro⁴⁹. No seu discurso, Cunhal reafirmou os fundamentos do partido no marxismo-leninismo e a oposição ao capitalismo, o que mostra que há pouco espaço para mudança, de acordo com a sua visão do mundo⁵⁰.

Na arena cultural de 1994 houve muitos festivais e celebrações do 73.º aniversário do PCP e do 20.º aniversário da revolução de Abril⁵¹. O partido organizou «debates com o país» em todo o território português para analisar a situação nacional. Também promoveu um debate sobre a «família»⁵². Cunhal revelou que tinha escrito obras literárias sob o pseudónimo de Manuel Tiago, bem como outros livros sob outros pseudónimos.

Por conseguinte, culturalmente, o partido não divergiu da prática anterior.

10. ELEIÇÕES LEGISLATIVAS DE 1995

Tal como no passado, o PCP tentou e não conseguiu formar uma aliança eleitoral com o PS para as eleições legislativas de 1995⁵³. Os comunistas precisavam de angariar 150 000 contos para cobrirem as despesas da campanha⁵⁴. Não obstante os seus problemas, o PCP ainda distribuiu por todo o país o mais abundante número de cartazes eleitorais.

Apesar de se ter tornado o quarto partido português em termos eleitorais, o PCP não viu o seu apoio cair drasticamente nas eleições. A sua quebra foi apenas de 0,2%, baixando para 8,6%. Embora tivesse perdido 2 dos 17 assentos que tinha anteriormente, a nível parlamentar ficou tão forte como o PP/CDS, que obteve também o mesmo número de deputados. O facto de os resultados eleitorais do PCP se terem mantido bastante estáveis é também um dado significativo de que ele continua a ser um partido comunista ortodoxo. Não obstante, o PCP ficou desapontado porque Carlos Carvalhas tinha tentado transmitir uma nova imagem do partido. Ao fim e ao cabo, o público viu que a mudança dos comunistas não se tinha manifestado de outras formas concretas, na medida em que eles continuavam a adoptar o mesmo tipo de política e de táticas que no passado e permaneciam ortodoxos.

⁴⁸ *Expresso* de 4/9/93.

⁴⁹ *Diário de Notícias* de 4/11/93.

⁵⁰ *Ibid.* de 6/9/93.

⁵¹ *Público* de 6/3/94, 18/3/94, 20/3/94, 27/3/94, 1/4/94 e 10/4/94 e *Diário de Notícias* de 5/3/94.

⁵² *O Independente* de 28/10/94.

⁵³ *Expresso* de 7/5/94, *Público* de 16/5/94 e *Diário de Notícias* de 12/12/94.

⁵⁴ *O Independente* de 16/12/94.

CONCLUSÕES

Depois de décadas a projectar cá para fora uma imagem monolítica, o PCP mostrou, finalmente, que também ele sofre de divisões internas. Apesar de não terem tido êxito as tentativas recentes de renovação, muitos comunistas e observadores políticos sentem que é apenas uma questão de tempo antes de o PCP ser forçado a mudar⁵⁵. A correlação de forças no Portugal contemporâneo é muito diferente da do Portugal revolucionário; não obstante, os dirigentes ortodoxos continuam a empregar estratégias e linguagem que são mais aplicáveis ao passado do que ao presente ou ao futuro. Poderá o partido adaptar-se e acompanhar as rápidas mudanças que estão a transformar o Portugal moderno? Ou estará o PCP destinado a continuar a ser um partido ortodoxo?

Os dirigentes do PCP estão relutantes em alterar o partido de forma radical. Cunhal, em especial, é um marxista-leninista convicto e não vê a reforma como sendo necessária. Embora o partido insista em que ele não se opôs à reforma ou à *perestroika*, torna-se evidente, com as suas críticas à Polónia e à Hungria, que Cunhal não está feliz com as mudanças que estão a processar-se no bloco ex-soviético. Ele não parece convencido de que as reformas são permanentes.

Cunhal é um dos mais velhos dirigentes tradicionais comunistas vivos do mundo. Tem visto a ascensão e queda de muitos comunistas. Tem assistido ao ir e vir de muitas tentativas reformistas, políticas e económicas, na China, na União Soviética, na Checoslováquia, na Hungria e entre os partidos eurocomunistas. Seguirão a *perestroika* e a degeneração do sistema no Leste o mesmo caminho? A perspectiva de Cunhal é de continuidade e mudança, sendo a continuidade em direcção ao socialismo a força mais poderosa. Ele continua a acreditar que o marxismo-leninismo e o socialismo científico fornecerão as soluções para resolver os problemas do mundo. A chave é a paciência e essa é uma das razões por que ele se recusa a mudar. Tudo isto faz parte do plano-mestre. Por que haveria ele de acreditar que as experiências reformistas actuais irão manter-se? Por exemplo, há partidos comunistas a recuperar o poder através de eleições no bloco ex-soviético. Cunhal moludou um partido cauteloso. Será que o partido se tornou apático em relação à adopção das mudanças que estão a varrer o bloco de Leste, ou deverá ele manter-se cautelosamente a favor da continuidade? Cunhal já assistiu a muitas alterações durante a sua vida e joga na hipótese de as mudanças actuais serem também temporárias. Por que motivo iria ele afastar-se do

⁵⁵ Para pormenores, v. o meu artigo «The Portuguese Communist Party and 'perestroika': resistance and reforms», in *Current Politics and Economics of Europe*, 1991, vol. 1, n.º 2.

marxismo-leninismo, se está convencido de que não há outra maneira de alcançar o socialismo? A crença em que o socialismo ao estilo leste-europeu de antes da *perestroika* irá melhorar a situação económica do proletariado impede Cunhal de adoptar as mudanças. Mas os dirigentes comunistas mais jovens não são tão pacientes como ele. Eles não têm a sua visão do plano-mestre a longo prazo. Por isso, uma vez que ele saia de cena, o partido poderá avançar em novas direcções.

A curto e médio prazo, enquanto Cunhal e os seus seguidores continuarem a deter as rédeas do poder, não é provável a mudança no seio do PCP. Como resultado, o partido, muito provavelmente, continuará a enfraquecer. No momento em que eles não conseguirem segurar as rédeas poderá surgir uma luta pelo poder. O PCP terá então uma nova oportunidade para fazer reformas, se outros dirigentes ortodoxos não continuarem a dominar o partido. Só o tempo poderá dizer quem sairá vencedor nessas circunstâncias. Quanto mais tempo o partido esperar para se adaptar às novas condições que Portugal enfrenta, tanto mais difícil será para ele preservar o prestígio que acumulou durante a sua notável luta clandestina contra a ditadura. Mas as rápidas mudanças que estão a suceder na Europa de Leste irão tornar cada vez mais difícil a Cunhal e aos outros a manutenção de um poder monolítico. Eles continuam a agir como se o mundo ainda estivesse em «guerra fria». Como foi demonstrado pela nossa análise efectuada acima, o PCP, no seu 75.º aniversário, continua a seguir as linhas políticas do passado. Neste momento não está pronto para rejeitar a ortodoxia.